

◇

× × × × × ×
× × × × × ×
× × × × × ×
× × × × × ×

A Psicologia em Diferentes Contextos e Condições 2

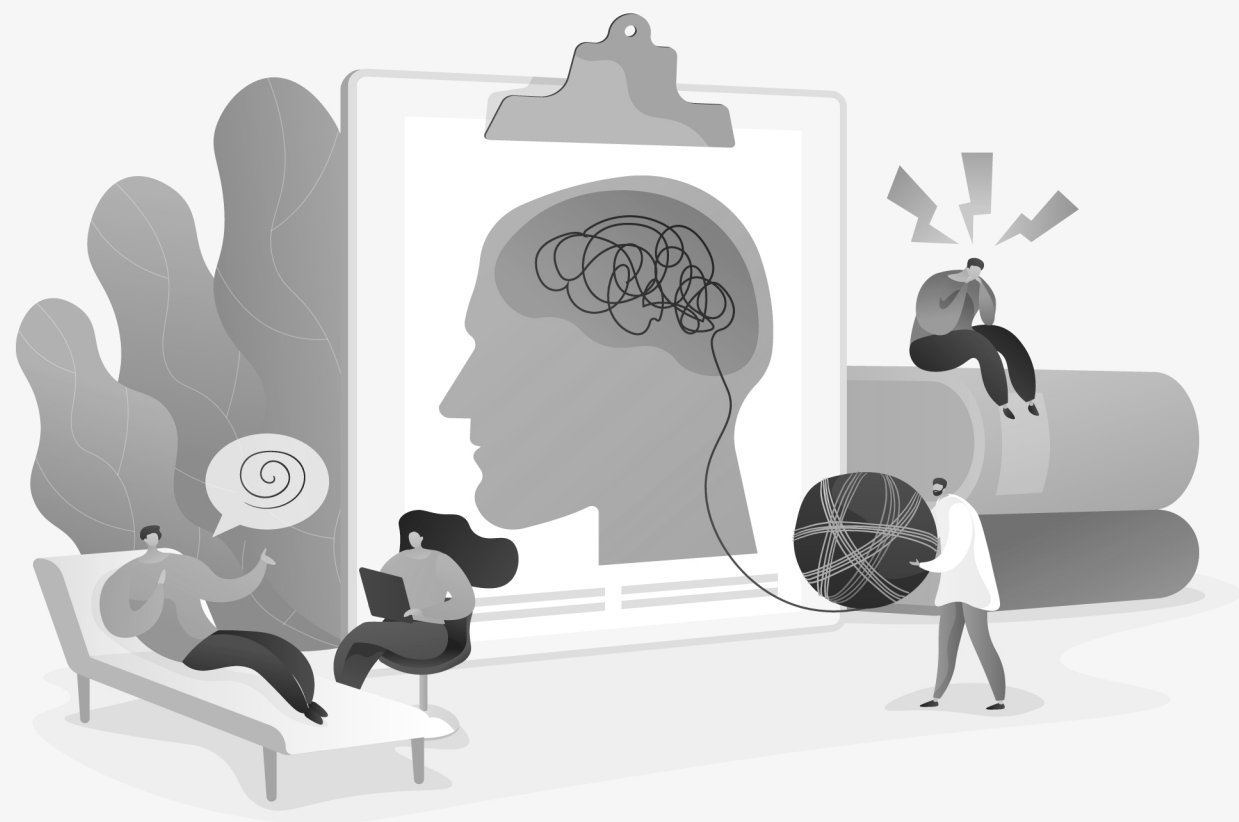
◇



*Tallys Newton Fernandes de Matos
(Organizador)*



A Psicologia em Diferentes Contextos e Condições 2



*Tallys Newton Fernandes de Matos
(Organizador)*



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista

2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro

Copyright © Atena Editora

Edição de Arte

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores

pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof^a Dr^a Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

A psicologia em diferentes contextos e condições 2

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Tallys Newton Fernandes de Matos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P974 A psicologia em diferentes contextos e condições 2 [recurso eletrônico] / Organizador Tallys Newton Fernandes de Matos. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-189-3
DOI 10.22533/at.ed.893201707

1. Psicologia. I. Matos, Tallys Newton Fernandes de.
CDD 150

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A humanidade passou por diferentes transformações ao longo da história, na esfera das representações sociais, que modificaram o campo da realidade e subjetividade, configurando o sentido e significado do sujeito. Tais configurações proporcionaram o surgimento de diferentes teorias como preposição para justificar casualidades e dissonâncias no cotidiano.

Historicamente, algumas teorias buscavam enquadrar o ser humano em padrões comportamentais que poderiam ser idealizados dentro de um quadro e conjunto atitudes, estes determinariam o que seriam considerados atos de normalidade ou anormalidade. Vieses eram excluídos nesta situação, como, por exemplo, costumes e valores adquiridos no meio comunitário oriundos dos marcadores culturais de determinado meio ou comunidade. Para exemplificar tal citação, demos, por conseguinte, a loucura, que foi definida de diferentes maneiras ao longo da história, assim como seu tratamento, que teve diferentes formas de atuação, passando, atualmente, a ser alocada no discurso de saúde mental.

Neste sentido, é importante destacar a importância da pluralidade cultural, que é um resultado das lutas sociais, históricas e políticas dos movimentos sociais, no que diz respeito ao conhecimento e a valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem em um mesmo ambiente. A pluralidade, como veremos nos primeiros estudos desta obra, busca explicitar a diversidade étnica e cultural que compõe a sociedade, compreendendo suas relações, os marcadores de desigualdades socioeconômicas, além de apontar transformações necessárias ao meio social. Tais pressupostos oferecem elementos para valorização das diferenças étnicas, culturais, respeito, expressão, diversidade, dignidade e construção da identidade.

Compreender a pluralidade cultural possibilita a reconfiguração da aprendizagem e incorpora a aprendizagem significativa, através da relação criada no significado entre os elementos com a estrutura da matéria, por intermédio das informações obtidas. Todavia, estas possibilitam uma nova organização progressiva, que explora as estruturas cognitivas e categoriza o conhecimento. Tais artefatos são relevantes para o desenvolvimento pessoal, podendo proporcionar diferentes benefícios, como, por exemplo, as diferentes intervenções e estratégias no ambiente de trabalho.

Neste âmbito, destaca-se que o ambiente de trabalho envolve condições, organizações e relações, concatenando-se em uma atividade física e intelectual, a qual dá sentido e significado a vida do homem. Tem o caráter produtivo, de manutenção, de subsistência e de satisfação. É também um marcador de horário e envolve conhecimento, habilidades e atitudes, proporcionando integração, civilização, economia e existência, ao passo que tem como produto a realização pessoal. Porém, o excesso ou ausência e as diferentes circunstâncias e demandas, assim como as condições, organizações e relações podem prejudicar a saúde mental.

Neste sentido, são importantes modelos de intervenção que busquem a qualidade de vida como pressuposto básico para a promoção da saúde. Destacam-se diferentes métodos e práticas, neste âmbito, que cabem ao profissional de psicologia que, através do olhar terapêutico, podem identificar estratégias e ferramentas de atuação, avaliação e intervenção. É importante destacar que, tais elementos, citados anteriormente, não inibem a dinâmica do cotidiano, e a adversidade continua em cenário aberto e contínuo em nosso processo de finitude, já que essa, para alguns teóricos, é a única certeza que temos.

Neste aspecto, de acordo com o discurso abordado anteriormente, explicitando assim a construção de tais argumentos e falas, a obra “A Psicologia em Diferentes Contextos e Condições 2” aborda questões inerentes à “cultura”, “aprendizagem”, “trabalho”, “saúde”, “qualidade de vida” e “finitude”. Já o volume 1, também organizado pelo mesmo autor, aborda outros contextos da psicologia que foram selecionados pensando no eixo do “desenvolvimento humano”. Fica, aqui, um convite ao retorno para à leitura e apreciação do primeiro volume.

Por fim, a coletânea “A Psicologia em Diferentes Contextos e Condições 2” explora a pluralidade e construção teórica na psicologia através de estudos, em diferentes contextos e condições, realizados em instituições e organizações de ensino superior, no âmbito nacional e internacional. Como pesquisador, ressalto a relevância da divulgação e construção contínua do conhecimento científico em benefício do desenvolvimento social. Portanto, destaco a Atena Editora como uma plataforma consolidada e confiável, em âmbito nacional e internacional, para que estes pesquisadores explorem e divulguem suas pesquisas.

Tallys Newton Fernandes de Matos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
<i>HISTÓRIA DA LOUCURA E DANAÇÃO DA NORMA: UMA GENEALOGIA DO TRABALHO COMO TECNOLOGIA DE CONTROLE UTILIZADA PELA PSIQUIATRIA CLÁSSICA</i>	
Geruza Valadares Souza	
DOI 10.22533/at.ed.8932017071	
CAPÍTULO 2	17
DISCRIMINAÇÕES SEXUAIS E RACIAIS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: QUESTÕES PARA SAÚDE MENTAL!	
Felipe Cazeiro	
Candida Soares da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.8932017072	
CAPÍTULO 3	36
GOUINES, OS PLATÔNICOS AFEMINADOS: À MARGEM DOS HETEROFLEXÍVEIS E DOS GAYS	
Luis Aboim	
DOI 10.22533/at.ed.8932017073	
CAPÍTULO 4	54
OBJETOS CULTURAIS EM PSICOLOGIA CLÍNICA: O CINEMA COMO POSSIBILIDADE POÉTICA DE TRANSFORMAÇÕES SUBJETIVAS	
Wellington Gomes da Silva	
Gilberto Safra	
DOI 10.22533/at.ed.8932017074	
CAPÍTULO 5	66
ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DA IDENTIFICAÇÃO DOS ESTILOS DE APRENDIZAGEM PELO TESTE DE KOLB: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA	
Heveline Barreto Sampaio Brito	
Edenilson Cavalcante Santos	
Camila Danielly Barbosa de Carvalho	
Allana Renally Cavalcante Santos de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.8932017075	
CAPÍTULO 6	78
COMO O CÉREBRO APRENDE?: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL SOBRE NEUROPEDAGOGIA	
Miliana Augusta Pereira Sampaio	
Denise de Barros Capuzzo	
Simone Lima de Arruda Irigon	
DOI 10.22533/at.ed.8932017076	
CAPÍTULO 7	91
SAÚDE MENTAL DE MILITARES NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
Isabela Faria Berno	
Júlio Ricardo França	
Vanessa Catherina Neumann Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.8932017077	

CAPÍTULO 8 103

OS IMPACTOS DA SÍNDROME DE BURNOUT EM DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

Yolanda Rakel Alves Leandro Furtado
Maria Alice Ferreira Tavares
Anna Thays Leal de Sousa
Fernanda Jozeanne Luna Amaral
Ana Márcia Ventura da Silva
Ana Lúcia Bezerra Maia
Maria Idelvânia Gomes
Herminia Tavares Ferreira
Jamisom Felype dos Santos
Julio Cesar Dias de Barros
Vivianne de Alcantara Ferreira
Natália Feitosa Silva

DOI 10.22533/at.ed.8932017078

CAPÍTULO 9 115

INFLUÊNCIA DOS SINTOMAS DE ANSIEDADE E DEPRESSÃO NOS SISTEMAS DE MEMÓRIA

Fernanda Garcia Varga de Sobral
Camila Cruz Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.8932017079

CAPÍTULO 10 128

AUMENTO DE QUALIDADE DE VIDA BASEADO NAS PRÁTICAS DO MÉTODO RESTAURATIVO EM PRATICANTES NO BRASIL E PORTUGAL

Miila Derzett
Andréa Duarte Pesca
Gabriela Frischknecht

DOI 10.22533/at.ed.89320170710

CAPÍTULO 11 134

AValiação DOS COMPORTAMENTOS DOS MORADORES DE UM SETOR DE PALMAS – TO E AS POSSÍVEIS RELAÇÕES COM O DESCARTE DO LIXO NO MEIO AMBIENTE

Ana Patricia Alves de Souza Auriema
Maria Isadora Dama da Silva
Conceição Aparecida Previero

DOI 10.22533/at.ed.89320170711

CAPÍTULO 12 143

PERCEPÇÃO DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS SOBRE QUALIDADE DE VIDA

Anieli Andressa Smyk
Isadora Garcia
Isadora Silveira de Almeida
Marília dos Santos Amaral

DOI 10.22533/at.ed.89320170712

CAPÍTULO 13 163

USO MEDICINAL DA CANNABIS: DISCUSSÕES E DESAFIOS SOBRE SUA REGULAMENTAÇÃO NO BRASIL

Carlos Augusto Villanova Ferreira
Thiago André Pedrozo Dohms
Gabriela Maria Carvalho Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.89320170713

CAPÍTULO 14	182
PROCESSOS DE CRIAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL: UMA PERSPECTIVA ONTOLÓGICA DA ATIVIDADE MANUAL COM BASE EM MARTIN BUBER E GASTON BACHELARD	
Geruza Valadares Souza	
Marcus Vinicius Machado de Almeida	
Marcelle Carvalho Queiroz Graça	
DOI 10.22533/at.ed.89320170714	
CAPÍTULO 15	199
O SENTIDO E A FINITUDE DA VIDA SOFRIMENTO, MORTE E REALIZAÇÃO DA VIDA	
Joaquim Parron Maria	
DOI 10.22533/at.ed.89320170715	
CAPÍTULO 16	214
PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO - PLATAFORMA DA GESTÃO DO CONHECIMENTO	
Adelcio Machado dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.89320170716	
SOBRE O ORGANIZADOR	227
ÍNDICE REMISSIVO	228

USO MEDICINAL DA CANNABIS: DISCUSSÕES E DESAFIOS SOBRE SUA REGULAMENTAÇÃO NO BRASIL

Data de aceite: 05/07/2020

Carlos Augusto Villanova Ferreira
Thiago André Pedrozo Dohms
Gabriela Maria Carvalho Rodrigues

Trabalho realizado como requisito parcial para aprovação da disciplina de Pesquisa em Psicologia III apresentado à professora

Dra. Marília Amaral e apresentado na III Jornada de Iniciação Científica da Faculdade Cesusc.

RESUMO: Neste artigo temos como objetivo mapear e discutir os diferentes discursos acerca do uso medicinal da Cannabis e seus desafios para a regulamentação no Brasil. Para o desenvolvimento desta pesquisa foi realizado levantamento bibliográfico da atual produção acadêmica e dos documentos de órgãos reguladores em saúde pública no país, no intuito de identificarmos o modo como o tema tem sido debatido no cenário nacional. O método que utilizamos foi de abordagem qualitativa e se caracteriza como documental e bibliográfico. Para a análise dos dados foram escolhidos vinte artigos que apresentaram argumentos favoráveis à regulamentação do uso medicinal da Cannabis no Brasil, porém alguns

desses artigos mostraram posicionamento ambíguo pontuando também as dificuldades e fragilidades da liberação deste tipo de uso no campo social e econômico. Estes argumentos ao serem analisados pela perspectiva da análise do discurso nos permitem afirmar que a discussão sobre o uso medicinal da Cannabis fundamenta-se nos seguintes tópicos: nos potenciais terapêuticos do uso da Cannabis para o tratamento de determinadas doenças; nos impactos da regulamentação na sociedade e na economia e nos aspectos farmacológicos que envolvem o uso, tais como o vício e a ‘fármaco dependência’. Os resultados evidenciaram pontos positivos e negativos nos argumentos de diferentes pesquisadores em relação ao uso da Cannabis medicinal no Brasil e demonstraram a necessidade de mais estudos, para uma análise mais consistente e precisa em relação a este uso específico e seus impactos, pois ainda há dificuldade na realização de pesquisas mais prolongadas e seguras, devido às questões legais.

PALAVRAS-CHAVE: Cannabis. Uso medicinal. Regulamentação. Brasil.

1 | INTRODUÇÃO

Neste referido trabalho, investigamos a compreensão a respeito da descriminalização da cannabis no Brasil.

Levantando diversos tópicos, dentre eles; atual discussão no Brasil, projetos de leis, abordagem da mídia, consequências em outros países com enfoque nas discussões e desafio para sua regulamentação no Brasil, pautado no uso medicinal.

Sobre o uso medicinal da Cannabis fundamenta-se nos seguintes tópicos: nos processos legais e nos aspectos farmacológicos que envolvem o uso, tais como o vício e a ‘fármaco dependência’.

Explicitar os possíveis impactos que a descriminalização da maconha acarretaria em diversos setores da sociedade.

Mapear e discutir os diferentes discursos acerca do uso medicinal da Cannabis e seus desafios para a regulamentação no Brasil.

Pensamos sobre este tema dentro da Psicologia por conta de diversos aspectos, a partir das pesquisas elaboradas e discussões nota-se que é um tema muito recente no Brasil, que é atravessado constantemente por diferentes discursos.

Inevitavelmente essa ambiguidade gera dúvidas e curiosidade na população.

Acredita-se que os profissionais da área da psicologia, estarão imersos diretamente nesses conflitos, ou melhor, como citado anteriormente, atores participante dessa transição, abordando esse fenômeno com um olhar mais abrangente se atentando, a aspectos Biológicos, Psicológicos e Sociais.

2 | REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O Processo

Nas últimas décadas, estudos acerca do potencial terapêutico da Cannabis (maconha) no tratamento de enfermidades, vem ganhando destaque no cenário acadêmico, médico e jurídico.

As discussões sobre a Cannabis medicinal começaram a tomar forma no Brasil em meados de 2014/2015, nesse momento a importação de produtos à base de Canabidiol (CBD) ganhou um espaço onde foram determinadas normas específicas que objetivam simplificar a vida dos pacientes que tinham como necessidade em suas vidas o tratamento com esse produto. (Anvisa, 2015)

As novas exigências que tiveram aprovação pela Diretoria Colegiada da Agência foram complemento para as ações já estabelecidas, facilitando o acesso a tais produtos. A norma estabelecida para esse período era de cada paciente deveria ser cadastrado juntamente à Anvisa, esse cadastro deveria constar uma série de documentos, sendo ele

renovado anualmente contendo apenas um novo laudo médico e uma prescrição nova onde ali se indicava a evolução do tratamento do paciente. (Anvisa, 2015)

Nessa resolução era permitido que associações de pacientes promovessem a intermediação das importações, isso possibilita que os mesmos pudessem reduzir os custos para a aquisição e o recebimento do produto. (Anvisa, 2015)

Outro grande passo dado pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) no sentido da regulamentação do uso de Cannabis medicinal, foi quando em seguida após um ano do avanço na regulamentação do uso de Cannabis medicinal deu-se em 2016 pela Anvisa que considerou e incluiu os seguintes fatores: Os medicamentos registrados na Anvisa com derivação da Cannabis Sativa que se dava com a concentração de no máximo 30 mg de tetrahydrocannabinol (THC) por mililitro e 30 mg de Canabidiol por mililitro. A motivação nesse momento para tal atualização da Portaria foi devido ao estágio final do registro do medicamento Mevatyl®, produto este que em países da Europa leva a nomenclatura de Sativex, extraído da planta Cannabis Sativa L. que por sua vez tem em sua composição o Canabidiol e o Tetrahydrocannabinol.

“Atualizamos a portaria exatamente para que, se o registro for concedido, os médicos saibam como esse medicamento será prescrito”, diz o diretor-presidente da Anvisa, Jarbas Barbosa (Anvisa, 2016)

Desse modo, os medicamentos provenientes da Cannabis seriam prescritos da mesma maneira que os medicamentos psicotrópicos que eram utilizados no Brasil, tendo a tarja preta no rótulo, que simboliza que tal medicamento só poderá ser vendido com uma prescrição médica já numerada. As farmácias que vendem tais medicamentos com essa receita médica tinham como obrigação registrar as mesmas no Sistema Nacional de Controle de Medicamentos que é gerenciado pela Anvisa facilitando o monitoramento de desvios ou abusos na prescrição. (Anvisa, 2016)

Na época foi orientada a indicação do tratamento com Cannabis medicinal para o tratamento de sintomas de paciente já adultos e com espasticidade moderada à grave causada pela esclerose múltipla (EM) foi então comercializada com as mesmas regras para as prescrições de medicamentos entorpecentes e psicotrópicos de uso único e exclusivamente médico e como mencionado anteriormente com o receituário especial, os registros de dados do prescritos e dos indivíduos que estariam comprando no sistema especial de monitoramento da Anvisa. O THC que é uma substância extraída da Cannabis sativa era proibida, então foi necessário que a determinação do controle de quais medicamentos deveriam ser registrados e enquadrados. (Anvisa, 2016)

Já em 2017, algo mais recente, a Anvisa publicou uma nota técnica que apontava que, não tinham uma posição contrária sobre o uso de medicamentos à base de Cannabis, questionando então a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5708 sobre a regulamentação da Cannabis para fins medicinais e de bem estar terapêutico ajuizada pelo Partido Popular Socialista junto ao Supremo Tribunal Federal, onde depois de anos

foi legitimada com a observação de uso restrito medicinal (Anvisa, 2017)

Os produtos foram autorizados pela Agência desde 2014 para a importação excepcional, nesse momento os procedimentos ocorriam de acordo com a RDC 17/2015, que definiam então os critérios e procedimentos para a importação dos mesmos em especificidade do produto à base do Canabidiol e associados com outros canabinóides por meio de uma prescrição de um profissional legalmente habilitado para o tratamento de saúde da pessoa física que teria fins de uso próprio. (Anvisa, 2017)

Era permitido importar produtos a base de canabidiol em caráter excepcional mas com excessiva burocracia e morosidade. Gurgel et al (2019) apresentaram diversas dificuldades encontradas em seus três casos estudados. Incoerências entre as exigências de entidades como a Anvisa e o Conselho Federal de Medicina, o próprio estado de Pernambuco com entraves impostos a fim de retardar o cumprimento de mandado judicial, já expedido por juiz, além da dificuldade em conseguir todo o procedimento de importação dentro dos 30 dias estipulados de validade do prontuários.

Duas crianças tiveram deferimento judicial para o uso do medicamento a base de canabidiol e sua importação. Durante quase três anos seus pais e responsáveis tentaram conseguir o medicamento mas sem sucesso. Mesmo estando no Brasil, a Anvisa não permitiu sua liberação alfandegária. (GURGEL, et al. 2019)

Nesse momento a Cannabis é considerada censurada à exceção de fins medicinais e científicos onde ocorre um controle e uma supervisão dos produtos, isto é, de nada é impedida a utilização da Cannabis para as pesquisas as utilidades terapêuticas e inclusive o registro dos medicamentos com base da planta/ substância, observado o meio correto de utilização. (Anvisa 2017)

Um Grupo de Trabalho (GT) que funciona em específico para o tema, foi criado então pois notou-se a necessidade da Agência em aprimorar e elaborar essa regulamentação. Este grupo realiza reuniões internas no país e externas com países como, Israel, Holanda, Chile, Estados Unidos e Canadá para o debate dos assuntos relacionados com o uso da Cannabis para fins medicinais e científicos tendo como objetivo o conhecimento maior das estruturas regulatórias, as experiências principalmente aos países onde já há maiores avanços nos estudos do tema para depois então contribuir com a situação de onde as discussões no Brasil se encontrava naquele momento sobre o assunto. Foi também aberta uma proposta de regulamentação onde a Anvisa se propôs a realizar reuniões com outros órgãos do governo buscando conhecimento sobre o tema, entre eles também pesquisadores acadêmicos e as associações dos pacientes. (Anvisa, 2017)

O Senado e a Câmara dos Deputados em Brasília entrou em debate sobre a nova proposta de regulamentação da Cannabis medicinal no Brasil no dia 09 de Setembro de 2019. (Anvisa, 2019)

Nesse debate teve como um dos participantes o presidente e diretor da Anvisa, William Dib, no discurso do mesmo foi relatado sobre as duas consultas públicas que

tem como proposta regras sobre o cultivo controlado de Cannabis sativa para o uso medicinal e em estudos científicos para um registro dos medicamentos produzidos a base dos princípios ativos da planta. (Anvisa, 2019)

O objetivo dessa modificação das leis sobre a Cannabis medicinal se dá para regulamentar a segurança, a qualidade e a eficácia de tais produtos. “A Anvisa discute as regras para produção e registro de medicamentos dentro de parâmetros seguros”, disse William Dib, que também afirma que a atuação da Agência está sendo movida para facilitar o acesso de pacientes a possibilidade novos tratamentos. (Anvisa, 2019)

A Resolução Diretoria Colegiada (RDCS) entrou com duas propostas para que deram a partir de evidências e estudos científicos sobre o uso de medicamentos à base de Cannabis e seus pontos benéficos para determinados tratamentos. São elas, os requisitos técnicos e administrativos para o cultivo da Cannabis pela indústria farmacêutica e o método para que o registro e o monitoramento dos medicamentos à base da planta medicinal, os derivados da mesma e os sintéticos.

Essas normas serão aplicadas apenas para aqueles medicamentos que tenham como finalidade para o uso terapêutico em pacientes que portam doenças debilitantes, e/ ou que botam em risco a vida deste indivíduo sem essa alternativa terapêutica. De tal modo a Agência, tem como objetivo a produção no Brasil das terapias realizadas com o produto, obviamente zelando a qualidade e segurança do mesmo, facilitando e permitindo o acesso do público a tais medicamentos. A qualidade do produto é algo de extrema importância tendo em vista isso, o regulamento de aprovação exige além da autorização de funcionamento, o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) que é realizado pela própria Anvisa. A empresa então tem como dever a comprovação através de um compilado de dados sempre em uma versão atualizada para o momento com a comprovação da qualidade e os métodos utilizadas para o controle da qualidade do produto. (Anvisa, 2019)

É importante ressaltar algumas medidas antecedentes que são necessárias para a empresa responsável pela submissão da Autorização Sanitária do produto à Anvisa. Dentre elas a Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) pela Anvisa. A autorização especial (AE), o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF), uma justificativa a formulação do produto de Cannabis técnico e científico, uma documentação técnica de qualidade do produto produzido, e ter a capacidade de justificar o desenvolvimento do produto. (Anvisa, 2019)

A prescrição e a indicação do produto são responsabilidades do médico, os pacientes têm como obrigação serem informados sobre o consumo desses produtos portanto os mesmos, ou um representante legal no caso de vulnerabilidade e/ ou menor idade devem assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As regras variam através da concentração do Tetrahydrocannabinol (THC) que são avaliadas por necessidade de cada perfil de paciente e tendo em conta também o perfil de segurança de tal substância

e dos efeitos psicoativos do THC. (Anvisa, 2019)

Os produtos poderão ser encontrados exclusivamente nas farmácias sem qualquer manipulação ou drogaria, os mesmos são proibidos de qualquer tipo de manipulação. (Anvisa, 2019)

Fabricantes que optarem pela importação do substrato da Planta Cannabis poderão apenas importar a matéria- prima, a semi elaborada. Desta maneira pode- se ter o controle dos pontos de entrada e saída de psicóticos ou precursor, apenas alguns pontos no país tem autorização para a entrada do produto no país. (Anvisa, 2019)

O que não foi regulamentado foi a possibilidade de cultivo pelas próprias empresas no país, deixando como única alternativa a importação do substrato.

Com o avanço das regulamentações, em janeiro de 2020 foi assinado uma Resolução de Diretoria Colegiada (RDC nº335 de 24 de janeiro de 2020) que revoga a Resolução da Diretoria Colegiada RDC Nº 17 de 6 de maio de 2015 e regulamenta:

“Seção II Definições Art. 2º

Para efeitos desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

I - autorização: ato exercido pela Anvisa, por meio da emissão de documento que autoriza a importação de Produto derivado de Cannabis por pessoa física, para uso próprio para tratamento de saúde, além do seu respectivo cadastro na Anvisa;

II - desembaraço aduaneiro: ato final do Despacho Aduaneiro;

III - despacho aduaneiro de importação: ato em procedimento fiscal que verifica a exatidão dos dados declarados pelo importador em relação aos bens e produtos importados, a título definitivo ou não, com vista ao seu Desembaraço Aduaneiro;

IV - intermediação da importação: serviço prestado por entidade hospitalar, unidade governamental ligada à área da saúde ou operadora de plano de saúde, estes em nome próprio, ou procurador legalmente constituído, este em nome do representado, na

(ANVISA, 2020)

“ Seção III Condições Gerais Art. 3º

Fica permitida a importação, por pessoa física, para uso próprio, mediante prescrição de profissional legalmente habilitado para tratamento de saúde, de Produto derivado de Cannabis.

§ 1º A importação de que trata o caput deste artigo também pode ser realizada pelo responsável legal do paciente ou por seu procurador legalmente constituído.

§ 2º A importação do produto poderá ainda ser intermediada por entidade hospitalar, unidade governamental ligada à área da saúde, operadora de plano de saúde para o atendimento exclusivo e direcionado ao paciente previamente cadastrado na Anvisa, de acordo com esta Resolução. Art. 4º O produto a ser importado deve ser produzido e distribuído por estabelecimentos devidamente regularizados pelas autoridades competentes em seus países de origem para as atividades de produção, distribuição ou comercialização.”

Na busca por tratamentos mais eficazes e com melhor aceitação dos remédios por parte dos usuários, estudos e testes começaram a ser desenvolvidos, em diversos países, como também no Brasil.

Trazemos a seguir nessa revisão de literatura um compilado de artigos referentes ao tratamento de algumas doenças, como: Epilepsia, HIV Soropositivo, Esquizofrenia, Parkinson, Alzheimer, Usuários de Crack e etc. Dilapidando os diversos pontos sobre o tema, na visão de diferentes autores.

2.2 Epilepsia

Uma das principais enfermidades neurológicas que assolam tanto jovens como adultos é a Epilepsia, essa doença é marcada pelos ocorrentes casos de crises convulsivas, em decorrência de atividade neuronal excessiva – estado de hiperexcitabilidade neuronal e hypersincronia, que podem ser localizadas, no entendimento dos hemisférios do cérebro (crises parciais ou focais). Quando os hemisférios cerebrais são atingidos nos dois lados (crises generalizadas). (Carvalho, et al, 2017)

Embora haja um arsenal terapêutico, atualmente cerca de 25 fármacos anticonvulsivantes, o tratamento se mostra ineficaz em até 30% dos pacientes.

Em razão desses fatores, exigiram-se novas alternativas ao tratamento da Epilepsia, no campo científico evidenciou-se uma nova demanda, na busca por novos fármacos que tenham mais eficácia no tratamento de casos refratários e segurança. (Carvalho, et al, 2017)

É neste contexto que entra os experimentos com Cannabis, ou canabinóides começam então ganhar destaque, apresentando um mecanismo distinto dos fármacos convencionais e demonstrando serem mais tolerados pelos usuários.

O canabidiol é a propriedade da Cannabis mais estudada, por mostrar-se seu potencial anticonvulsivante, e principalmente pela falta de efeitos psicotomimético que pode gerar a dependência muito presente no Δ -9- tetraidrocanabinol. Com base nessas experiências, utilizamos então o termo do “uso medicinal” que se refere ao uso de canabinóides (derivados da maconha) para o tratamento de sintomas que aparecem na doença, como: dor, espasticidade, náuseas e vômitos. (Carvalho, et al, 2017)

Embora o uso medicinal apresente, esse leque de possibilidades positivas aos pacientes dessa enfermidade, o uso é controverso no Brasil, por envolver questões legais (maconha criminalizada no país) e a falta de padronização entre os produtos que possam assegurar a segurança na aplicação das dosagens.

É importante ressaltar que não há estudos consistentes referentes a maconha medicinal fumada, mesmo com o uso de vaporizadores minimizando os riscos a exposição de toxinas presentes na fumaça inalada, esses riscos têm de ser levado em conta, pela propensão de poder desenvolver outros problemas aos pacientes, como: rinite, asma,

bronquite, enfisema e câncer de pulmão. (Carvalho, et al, 2017)

Os autores ressaltam a escassez de estudos sobre o tema, por não poder concluir a eficácia isolada (uso terapêutico ideal com segurança) ponderam também que por questões legais (legislação do país) que também pode ser decorrente do estigma negativo da sociedade com o uso recreacional, os estudos são mais difíceis de serem prolongados abarcando uma abordagem muito mais criteriosa, como o maior número de pacientes investigados. (Carvalho, et al, 2017)

2.3 Hiv/Soropositivo

No caso de HIV, a Cannabis traz um suporte aos efeitos colaterais produzidos pelo AZT, produzindo leve anestesia no corpo do paciente, reduzindo os efeitos de dores. (Barreto, 2002)

Ainda sobre o positivo auxílio que a Cannabis traz no tratamento de pessoas diagnosticadas com HIV/SOROPOSITIVO, observa-se o estímulo de apetite no paciente, além de aumentar o prazer ao comer, o paciente devida a uma secura que se dá na boca, consegue ingerir com mais facilidade os alimentos. (Barreto, 2002)

O autor mostra na prática, o efeito na prática da Cannabis como reguladora na alimentação do paciente como forma de tratamento, em uma reportagem, delineamos melhor esse excerto, a seguir:

“Segundo consta em nota publicada no Jornal do Brasil de 26/12/2001, uma liminar de um juiz no estado de São Paulo, concede o direito a uma funcionária pública, portadora do vírus HIV, de receber gratuitamente o remédio Marinol, até então proibido por ser à base de THC, para regular o apetite da referida funcionária” (Gabeira 2002).

(BARRETO, 2002, p. 32,33)

2.4 Esquizofrenia

A esquizofrenia é marcada por ser uma das psicoses mais importantes, termo classificado para um sujeito que esteja em um estado mental patológico onde o paciente faz uma ruptura com a realidade, e começa a apresentar comportamentos antissociais, a esquizofrenia evidencia diferentes sintomas de doenças se manifestando em conjunto, decorrendo então o isolamento social do indivíduo, e alterações como a de afeto. (Oliveira e Lima, 2016)

Buscando tratamento para esta patologia, a psiquiatria mostrou grande avanço, como o desenvolvimento de neurolépticos ou anti esquizofrênicos.

Esses medicamentos antipsicóticos buscam auxiliar a controlar sintomas, como alucinações e delírios, estes remédios procuram estabilizar os padrões de comportamentos, e pensamentos dos pacientes, esses antipsicóticos são nomeados como atípico e típico, a diferenciação dos dois ainda não é esclarecida, porém indica-se uma relação com os receptores. (Oliveira e Lima, 2016)

Alguns dos antipsicóticos típicos como o haloperidol e flufenazina, tem uma forte afinidade com o receptor dopaminérgico do tipo 2 (d2) e é recorrente esses antipsicóticos apresentarem como consequência a produção de graves efeitos motores, como o parkinsonismo farmacológico e a discinesia tardia, como por exemplo, tentando buscar efeitos colaterais menores aos pacientes, surgiu a hipótese farmacológica que diferencia os antipsicóticos atípicos, essa proposta foi apresentada por Meltzer e outros colaboradores em 1989, observando-se que clozapina e risperidona mostravam menor afinidade pelo receptor dopaminérgico do tipo 2(D2) conseqüentemente melhor tolerância dos pacientes. (Oliveira e Lima, 2016)

A partir dessas análises há uma busca incessante por cada vez mais alternativas que tragam maior tolerância aos pacientes e menos efeitos colaterais, então se começa a serem feitas pesquisas com canabidiol.

Experimentos feitos em ratos e camundongos, demonstrou efeitos colaterais quase que nulos em comparação ao antipsicótico mais utilizado e eficaz.

O canabidiol tem seu efeito mais parecido com os antipsicóticos atípicos, estudos realizados com seis pacientes diagnosticados com esquizofrenia, durante três meses, observou-se que sintomas psicóticos e motores foram reduzidos de maneira significativa.

A ação do canabidiol perante essa doença ainda é turva, pois é demonstrado que o composta da Cannabis sativa não atua em receptores específicos, como $\Delta 9$ – tetraidrocanabinol. O canabidiol ajuda em sinalizar os endocanabinóides impedindo a recaptação ou quebra da anandamida. (Oliveira e Lima, 2016)

2.5 Parkinson e Alzheimer

O Alzheimer (doença) tem como conseqüências crescentes danos nas funções cerebrais, entre eles destaca-se a perda de memória, fala, orientação visual-espacial e mudanças no comportamento do paciente, como: agressão, delírios e apatia. (Oliveira e Lima, 2016)

A doença de Parkinson, tem uma característica, neurodegenerativa que indica maior incidência em pessoas cujo idade é superior a 55 anos. O paciente apresenta como sintomas da doença, tremores, rigidez da musculatura esquelética, postura inclinada, entre outros sinais neurológicos. (Oliveira e Lima, 2016)

Na década de 60, o tratamento dessa enfermidade (Parkinson) baseava-se no surgimento da Levodopa, que revolucionará o auxílio médico da doença, porém esse medicamento traz consigo vários efeitos colaterais para o paciente, entre eles, náuseas, vômitos, diarreia, perda de peso, discinesias, amnésia entre vários outros. (Oliveira e Lima, 2016)

Atualmente estudos evidenciam o potencial terapêutico do canabidiol nestas patologias, estudos feitos por Simões (2011) e Torrão e colaboradores (2013) constataram

a relação dos canabinóides com a neuroproteção, as propriedades podem fornecer proteção contra a degeneração progressiva dos neurônios dopaminérgicos, na doença de Alzheimer o canabidiol também apresenta essa função neuroprotetora. (Oliveira e Lima, 2016)

2.6 Outras Aplicações

Referentes às propriedades terapêuticas da Cannabis, em especial as substâncias Delta-9-THC, abre um leque de possibilidades de tratamentos, não somente de enfermidades, mas também nos aspectos psiquiátricos, como por exemplo, Estresse e Insônia.

O THC tem como efeito o relaxamento do corpo, e isso aliviam tensões que possam vir a existir.

Porém os autores, fazem a alerta, de que apesar desses efeitos terapêuticos, é preconizado o uso das substâncias isoladas, para evitar danos aos usuários, decorrente da maconha fumada, ou seja, o exemplo citado acima, é baseado no uso das propriedades ingeridas por cápsulas. (Saraiva e Melo, 2016)

2.7 Possibilidades no Tratamento a Dependentes de Crack

Estudos de Pereira e Wurfel, em 2011, teve como enfoque entrevistas com dependentes da droga crack, usuários do CAPS, de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

A população entrevistada variou entre cinco jovens, com idades entre nove e dezesseis anos.

Durante os processos da entrevista e pesquisa, foram divididas duas categorias referentes à temática “Percepção dos adictos acerca do uso de crack e maconha” e Possibilidades de tratamento ou abuso/impensado?”

Os malefícios, que a droga traz aos usuários são diversos, tanto na esfera física, como também psicológica e social.

Estes danos foram observados pelos autores durante a entrevista, na fala dos usuários, na esfera física, vêm à tona problemas respiratórios, agitação motora, perda de apetite e insônia.

Na parte psicossocial, aparecem os problemas com os familiares, de abandono, e perda de vínculo, além dos recorrentes furtos e roubos, venda de seus próprios pertences para conseguir efetuar a busca da droga e conseqüentemente o uso da droga, também se percebeu o evidente descuido com a aparência.

Segundo Chaves, Sanchez Ribeiro e Nappo (2011) os dependentes estão maconha como método auxiliar no tratamento uso do crack, como por exemplo, a substituição de uma droga para outra (crack para maconha) mostra a queda nas práticas ilegais, de roubos, assaltos, furtos e vendas de seus pertencentes para conseguir a droga, os usuários enxergam que ao usar a maconha e não o crack,

conseguem ter menores gastos e podem colaborar com suas famílias, além de não terem grandes prejuízos na realização de tarefas cotidianas. (Pereira & Wurfel, 2011)
Elucidamos melhor este parágrafo com um trecho da entrevista;

“O benefício pra mim é que eu não fumo o crack, entendeu? Eu não saio rouba, não saio assalta” “O que eu tinha de bom dentro do meu apartamento eu vendi, entende? Prá comprá o crack, e a maconha não faz isso, eu fumo uma maconha e isso não me faz gastar dinheiro”

(Pereira e Wurfel, 2011, p.169)

Saindo da esfera psicossocial, e partindo para um aspecto físico, notou-se na fala dos usuários de crack, referente a possibilidade no tratamento, o fato da maconha ainda segundo os entrevistados, auxiliar no alívio da fissura que o crack causa, tendo em vista ainda que a maconha possibilidade ser uma fonte de abstinência do crack. (Pereira e Wurfel, 2011)

2.8 Vício e Farmacodependência

Tratando se do tema escolhido, impossível deixar de analisar vício e farmacodependência.

Para o Dicionário de Português Houaiss, vício é caracterizado por:

“4. tendência específica para (algo indecoroso ou nocivo) ou qualquer ato ou conduta por essa tendência motivada <v. da droga>”.

Farmacodependência para a mesma fonte é:

“tendência crescente a consumir medicamentos, incluindo-se aí a dependência, e a tolerância, tanto psíquica quanto física”.

Ou seja, vício é atrelado ao comportamento do indivíduo e farmacodependência é a necessidade de alguém em utilizar alguma substância e o sofrimento decorrente da falta de uso desta substância.

Continuando, é importante entender sobre como os indivíduos se relacionam com o vício. Há as esferas: biológica, social e psicológica, cada uma entrelaçando-se com as outras. Um indivíduo pode ter propensão à dependência biológica e psicológica mas que num contexto social o impeça de utilizar drogas, tornando se absento ou viciado se o meio favorecer, não excluindo a possibilidade de se tornar usuário ocasional sem tornar-se dependente (MORAES e TORRECILLAS, 2013).

Para chegar ao vício é necessário que exista estímulos ambientais específicos, ou seja, o resultado (se haverá o vício ou não) vai depender da preparação interior do indivíduo somado ao contexto externo vivenciado (Costa et al, 2011). São as sinapses no cérebro que formam aquilo que conhecemos como sentimentos e pensamentos, além de comportamentos e que tudo é reflexo da junção do conhecimento hereditário genético com a estimulação ambiental (OLIVA, DIAS & REIS, 2009).

A família é uma estrutura importantíssima na prevenção do abuso de drogas. A forma com que a criança vê seus pais interagirem com as drogas formará o cidadão que no futuro poderá ou não se tornar um dependente, incluindo nisso o papel importantíssimo da comunidade ao redor, a escola e a mídia. (SCHENKER e MINAYO, 2014).

Existe o conceito de “circuito do prazer” que através deste mecanismo o cérebro do indivíduo apresenta recompensas prazerosas a estímulos bons para que haja reforçamento de comportamentos e que a droga provoca uma hiper recompensa de prazer gerando o uso repetitivo de drogas. Através dessa repetição provoca-se a plasticidade sináptica que causa patologias compulsivas e/ou impulsivas. A longo prazo é a plasticidade sináptica que leva a comportamentos caracterizados pela drogadição (COSTA et al, 2011).

A respeito de plasticidade sináptica, é um conceito de que o cérebro é influenciado pelo ambiente em que o indivíduo é inserido, para melhor adaptação, o cérebro adulto ‘aprende’ com as experiências vividas e transforma a anatomia do encéfalo para moldar mais apropriadamente a intensidade de conexões entre as células (OLIVA, DIAS & REIS, 2009).

De acordo com a teoria tradicional, na evolução humana o sistema de recompensas e prazer serviu para fazer a manutenção da vida, “incentivando” os indivíduos a agirem em busca de comida e reprodução, por exemplo e as drogas fariam a ligação mais direta com o prazer, justificando assim o motivo pelo qual os seres humanos têm tanta tendência ao uso de drogas psicoativas (MORAES e TORRECILLAS, 2013). Ainda relacionado aos mecanismos de recompensas, MORAES e TORRECILLAS (2013) apontam outra hipótese: é possível que os seres humanos tenham tido contato com as substâncias psicoativas durante milhares de anos com a finalidade de lidar com momentos de grande dificuldade através da liberação de neurotransmissores como dopamina e serotonina no cérebro em busca de ajuda psicológica (e por vezes física) em momentos estressantes, como falta de alimentos, perigo ocasionado por predadores ou desastres naturais locais. Assim, se a humanidade faz uso de drogas psicoativas a milhares de anos é de se entender o vício pelas mesmas.

Referenciando à cannabis, (SAITO, et al, 2010) aponta a dificuldade dos primeiros medicamentos canabinóides em atuar moderadamente no sistema endocanabinoide agindo na regulação hormonal de resposta à ansiedade, stress e depressão.

Além disso tais medicamentos causam resistência à substância levando ao aumento gradativo da dosagem, dificuldades de aprendizados e causando impactos diretos na memória.

3.9 Impactos na Economia

Em maio de 2019, o jornal *Correio Braziliense* publicou uma matéria com dados econômicos de estudos realizados pelo Banco de Montreal, onde os números do livre comércio de cannabis chegaram a elevadas cifras na esfera mundial, cerca de US\$ 18

bilhões em 2018 e com projeções de US\$ 194 bilhões até 2026.

O levantamento estimou-se também que nos próximos cinco anos, cerca de 60 países poderão autorizar o uso da erva para diversos fins.

O avanço significativo no mercado da cannabis, tem despertado interesse em diversas empresas de diferentes setores, é o que trás uma publicação do *Estado de Minas* em maio do mesmo ano.

“O crescimento extraordinário dos negócios da cannabis tem atraído empresas de diversos setores. A Ambev fechou no final do ano passado uma parceria com a canadense Tilray, uma das maiores produtoras de maconha do mundo, para a pesquisa e desenvolvimento de bebidas feitas à base de cannabis, com infusões de CBD e THC — os dois canabinóides mais conhecidos do mercado. Enquanto o THC é responsável pelos efeitos alucinógenos, o CBD tem propriedades relaxantes.” (O Estado de Minas, 2019)

No mercado nacional a estimativa é conservadora e não leva em consideração o uso medicinal da planta, apenas bebidas, cosméticos e alimentos.

Em matéria publicada em janeiro de 2020, pelo *Valor Investe*.

“Com a decisão da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) no ano passado de liberar a venda em farmácias de produtos à base de cannabis no Brasil, o mercado doméstico abre espaço para a geração de R\$ 12,7 bilhões na economia.”

(Valor Investe, 2020)

Somente na esfera do uso medicinal, a consultoria Estado-unidense *New Frontier Data*, estima um mercado de 3,4 milhões de pacientes no Brasil que devem ser atendidos por fármacos a base de cannabis.

3 | METODOLOGIA

Esta pesquisa foi iniciada na disciplina de Pesquisa em Psicologia III do Curso de Graduação em Psicologia, da Faculdade CESUSC na metade do ano de 2017, apresentada na III Jornada de Iniciação Científica da referida instituição e concluída no primeiro semestre de 2020.

Para tanto, procedeu-se o criterioso levantamento bibliográfico na literatura científica, a partir da compilação de trabalhos publicados, artigos, revistas, extraindo depoimentos, e consequências existentes dentro do tema em outros contextos.

Utilizamos da pesquisa bibliográfica e documental, recuperando o conhecimento científico acumulado sobre o problema, em questão, a descriminalização da maconha no Brasil (uso medicinal).

4 | ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Baseando-se na pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, buscamos em um compilado de artigos científicos brasileiros referentes ao tratamento de algumas doenças através do uso da cannabis medicinal como: epilepsia, HIV soropositivo, esquizofrenia, Parkinson e Alzheimer, assim como em pesquisas a respeito de usuários de crack (Redução de danos), impactos das drogas na sociedade brasileira e vícios. Analisando os diversos pontos sobre o tema, para uma análise ampla do que estes pesquisadores estão discutindo e produzindo a respeito da regulamentação do uso da cannabis medicinal no Brasil em 2019.

A partir do ano de 2015 já existia regulamentação para a importação de cannabis medicinal, mas era ineficaz, milhares de casos com dificuldades burocráticas impostas pela Anvisa com todas as minúcias exigidas para trazer o medicamento ao Brasil. Resultava que diversos pacientes após muito tempo conseguiam via judiciário a permissão para importar o medicamento mas levava muito tempo para a análise, além da dificuldade em encontrar fornecedores que atendessem no tempo estipulado pela agência reguladora.

Na prática, não funcionava. Fez se necessário uma nova regulamentação. Houve um grande movimento institucional, precisou de consulta popular e aprovação no Senado Federal e Câmara dos Deputados e no ano de 2019 saiu a nova regulamentação que agiliza e facilita o processo de importação de cannabis medicinal. Para isso deve obedecer diversos itens de segurança e controle. A indústria farmacêutica ganhou espaço podendo manipular a substância derivada da Cannabis, desde que importasse o substrato. Ainda é vedado o cultivo no território brasileiro de maconha para uso medicinal.

Referente ao tratamento de doenças, baseado na Cannabis, diferentes autores trouxeram casos (teóricos e práticos) que “conversam” entre si, e em muitas vezes chegaram a conclusões alinhadas.

Ao longo de todo levantamento bibliográfico, com enfoque no tratamento de algumas enfermidades, percebeu-se que a Cannabis, aparece como uma nova possibilidade no tratamento, por questões de eficácia, e tolerabilidade dos pacientes e que através de estudos científicos apresentados tornou a regulamentação possível.

A maioria das doenças mostram que os fármacos convencionais, não trazem as consequências mais desejadas para o benefício dos pacientes, essas consequências têm ligação, com a tolerância dos usuários com os efeitos dos medicamentos, como bem pontuado nos artigos, exemplo: náuseas, vômitos, etc. (CARVALHO, et al, 2017) Além de pouca eficácia no tratamento das doenças de alguns medicamentos utilizados

Na busca por reduzir esses efeitos e se aproximar de medicamentos mais eficazes, necessitou-se pensar em outros experimentos com diferentes substâncias. É nesse contexto que começa a se pensar no uso da Cannabis como potencial terapêutico.

Ao estudar as propriedades da maconha, realizar testes, esmiuçar seus efeitos,

e aplicar no tratamento de enfermidades, a Cannabis em diversas doenças começa a mostrar boa tolerabilidade e eficácia nos pacientes, porém os autores ressaltam sobre a importância de fazer o uso das substâncias corretas e por meios apropriados, para que não haja danos aos pacientes pelo consumo da Cannabis. (CARVALHO, et al, 2017)

Uma das preocupações então é fazer a separação das substâncias, utilizando no paciente as benéficas, evitando o que seriam as maléficas, entre as substâncias que estão presentes na Cannabis, podemos usar como exemplo, duas delas, que são encontradas na maconha (THC e Canabidiol) no que se refere a forma do consumo, popularmente consumida em uso recreacional, a maconha é fumada pelo usuário, porém um dos autores, recomenda o uso por cápsulas, já que quando é fumada torna-se inapropriado podendo causar danos ao paciente, as cápsulas já são um dispositivo no tratamento, e esse meio de medicamento já está sendo utilizado em outros países, como por exemplo o Marinol (SARAIVA e MELO, 2016) que inclusive outro autor o cita, cujo também foi abordado no caso de tratamento da AIDS. (BARRETO, 2002)

Elencando bem a percepção de que esses estudos mesmo que paralelos podem “conversar” entre si. Outra ressalva, é o fato da dificuldade de pesquisas mais amplas (mais usuários e mais tempo de observação) com maior consistência por questões de legislação (pela recente regulamentação no país) este fato é suscitado em algumas conclusões, e autores, alertam sobre a escassez de maiores estudos para que haja cada vez mais segurança no uso, este fator é bem delineado no artigo observado pelo grupo referente doença da Epilepsia. (CARVALHO et al, 2017)

Além dessas possibilidades, no auxílio de tratamentos, na redução de danos (dores, vômitos, diarreias, náuseas). A Cannabis mostrou-se importante na sinalização de doenças e conseqüentemente na neuroproteção, auxiliando no combate de enfermidades graves e recorrentes em boa parcela da população como foi apresentado nas doenças Alzheimer e Parkinson, que se baseiam na mesma ideia do auxílio via derivados da cannabis (OLIVEIRA e LIMA, 2016)

Saindo um pouco do cenário dessas doenças popularmente mais nocivas, a cannabis também mostra ser útil em casos de Estresse e Insônia, levando em consideração um dos efeitos da cannabis, que é o relaxamento corporal, aliviando os sintomas desses problemas ao sujeito em questão. (SARAIVA e MELO, 2016)

O uso medicinal vai ainda mais além, autores destacam a possibilidade do uso para dependentes de crack, que queiram reduzir os danos dessa droga, que assola indivíduos, famílias, sociedade e poder público, sendo considerada droga de menor risco, a Cannabis auxilia estes usuários de crack, a reduzir suas condutas criminosas (que possa vir a aparecer na tentativa de obtenção da pedra) fissura, e abstinência, muito bem articulado por meio de entrevistas com usuários do CAPS. (PEREIRA e WURFEL, 2011)

Observando essas pesquisas, percebemos que por mais que estejam em algumas partes em âmbitos diferentes, elas coexistem a modo de chegar a conclusões muito

próximas, como garantir a segurança do usuário nas propriedades e na forma do uso, além de garantir ao paciente o uso continuado do medicamento (GURGEL, 2019) para isso evidenciam a necessidade de pesquisas mais concisas, como também reduzir os impactos aos pacientes.

Tratando se do tema escolhido, impossível deixar de analisar vício e farmacodependência. Salientamos a importância de entender sobre como os indivíduos se relacionam com o vício. Há as esferas: biológica, social e psicológica, que se abraçam. Um indivíduo pode ter propensão à dependência biológica e psicológica, mas se estiver inserido em um contexto social que o impeça ou dificulte de utilizar drogas, pode não se tornar um viciado se o meio favorecer para tal conduta, sem deixar de visualizar que um indivíduo pode fazer uso de uma certa substância sem que se torne um dependente dessa substância. (MORAES e TORDESILAS, 2013)

De acordo com o dicionário Houaiss de português, podemos concluir que o vício é diretamente atrelado ao comportamento do indivíduo e a farmacodependência é a necessidade que um indivíduo tem de utilizar uma substância e o sofrimento decorrente da falta de uso desta substância.

As influências externas e a constituição subjetiva do sujeito serão determinantes para que ele se torne um viciado ou não. (Costa et al, 2011). Além disso, a forma com que uma criança vê seus pais interagirem com as drogas também é um fator influenciador que atravessa toda a comunidade ao redor, a escola e a mídia.(SCHENKER e MINAYO, 2014).

De acordo com a teoria tradicional, na evolução humana o sistema de recompensas e prazer serviu para fazer a manutenção da vida e as drogas fazem uma ponte direta até a recompensa e prazer. É possível também que os seres humanos tenham tido contato com as substâncias psicoativas durante milhares de anos com a finalidade de lidar com momentos de grande dificuldade.(MORAES e TORRECILLAS, 2013). Assim, se a humanidade faz uso de drogas psicoativas a milhares de anos é de se entender o vício pelas mesmas.

Continuando a perceber a complexibilidade do tema, recorreremos também a entender melhor como os autores estão observando sobre Impactos na sociedade, ao entender melhor na esfera econômica. Segundo matéria publicada pelo jornal *Correio Braziliense*, os estudos levantados apontam para uma movimentação bilionária de dinheiro, sugerindo possíveis ganhos com o livre comércio de medicamentos derivados da cannabis, além de redução do preço final.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, o tema uso da cannabis medicinal ainda é visto com um olhar discriminatório, mas aos poucos tem tomado um lugar nas leis do país, atravessado por diferentes

discursos e discussões que possibilitam a volatilidade do tema no país.

Podemos concluir com essa análise que nos artigos estudados são citados mais fatores favoráveis à regulamentação da Cannabis para uso medicinal. Dependendo de um controle de qualidade e estudos mais aprofundados sobre as substâncias que compõe a Cannabis.

Pode se afirmar que foi deveras interessante acompanhar a evolução da discussão em torno do tema. O assunto escolhido no ano de 2017 estava em voga, com grande repercussão da sociedade civil ao mesmo tempo que diversas incertezas rodeavam o contexto histórico. Houve grandes debates, muitas experiências com primários modelos de regulamentação do uso da maconha medicinal que foram importantes na implementação de políticas mais flexíveis e acessíveis para os pacientes que realmente precisam fazer uso de produtos a base de canabidiol. E como todo processo, este ainda está em desenvolvimento. A regulamentação ainda é restrita ao uso medicinal e científico, mas o composto ainda precisa ser importado, acarretando altos custos, fracionando o público com acesso ao medicamento, além de impossibilitar a criação de empregos especializados na área, bem como taxaço de impostos para a produção e exportação de cannabis medicinal.

Ao longo de toda narrativa bibliográfica, pudemos perceber também a volatilidade do tema e a importância da Psicologia estar atenta às transformações sociais que a sociedade passa, por estar em constante movimento, os profissionais da Psicologia possam com o seu olhar teórico absorver e compreender melhor esses campos de forças, que por muitas vezes são permeados com discrepâncias e ambiguidade podendo ser propulsor de variados aspectos na população, sejam eles biopsicossociais.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaríamos de expor nosso contentamento com a instituição Faculdade Cesusc, por toda a estrutura proporcionada para a realização da pesquisa.

Queremos registrar também nossos mais profundos agradecimentos a nossa orientadora dessa pesquisa bibliográfica, DRA. MARÍLIA DOS SANTOS AMARAL.

E a toda organização da terceira Jornada de Iniciação Científica, que possibilitou a apresentação da mesma com uma banca riquíssima que agregou de forma muito positiva para a conclusão deste artigo.

REFERÊNCIAS

BARRETO, A maconha (Cannabis sativa) e seu valor terapêutico, Brasília DF, Uniceub, 2002. Acesso em> 17/09/2017 : <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/2435/2/9760798.pdf>

BRANDÃO, Marcílio Dantas. Ciclos de atenção à maconha no Brasil . Revista da Biologia (2014) 13(1):1-10

DOI: 10.7594/revbio.13.01.01;

CARVALHO et al, Canabinóides e Epilepsia: potencial terapêutico do canabidiol, Florianópolis SC, Vittalle, 2017. Acesso em> 18/08/2017 : <https://www.seer.furg.br/vittalle/article/view/6292/4740>

COSTA, José Luis G. Pinho, MAIA, Lucas O., MATTOS, Orlandi P., VILLARES, João C., ESTEVES Manuel A. Fernandez; neurobiologia da Cannabis: do sistema endocanabinoide aos transtornos por uso de Cannabis. J Bras Psiquiatr. 2011;60(2):111-122; <http://dx.doi.org/10.1590/S0047-20852011000200006>

GURGEL, Hannah Larissa de Carvalho et al . Uso terapêutico do canabidiol: a demanda judicial no estado de Pernambuco, Brasil. Saúde soc., São Paulo , v. 28, n. 3, p. 283-295, Sept. 2019 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902019000300283&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Apr. 2020. Epub Oct 07, 2019. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902019180812>.

HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001;

ROSA, Gabriel Pesca da, Cannabis Medicinal: Entre os saberes das ciências sociais e da biomedicina. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA ARTIGO;.,2016. Acessado em 20/10/2017;<[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/166294/TCC %20Gabriel%20Rosa.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/166294/TCC%20Gabriel%20Rosa.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

MALUCELLI, Daniel. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIII Prêmio Expocom 2016 – Exposição da Pesquisa Experimental em Comunicação. Beatriz LIMA3, Camila COSTA4, Letícia JOLY 5, Gabriel SAWAF6, Suyanne SOUZA7/ Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba acessado em 12/10/2017; <http://www.portalintercom.org.br/anais/sul2016/expocom/EX50-11981.pdf>

MINAYO, Maria Cecília de Souza. SCHENKER, Miriam. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. Ciência e Saúde Coletiva. 10 (3):Ç 707 – 717, 2005;

MORAES, Thiago Perez Bernardes de. TORRECILLAS, Geraldo Leopoldo Silva de. Avenidas Mentais do Prazer Químico “Barato”: Uma Introdução ao Estudo das Drogas Psicoativas e da Dependência Sob a Perspectiva da Moderna Psicologia Evolucionista. UNOPAR Cient., Ciênc. Human. Educ., Londrina, v. 14, n. 2, p. 143-149, Jun. 2013;

OLIVA, Angela Donato, DIAS, Gisele P. REIS, Ricardo A. M. Plasticidade Sináptica: Natureza e Cultura Moldando o Self. Revista Psicologia: Reflexão e Crítica, 22(1), 128-135. 2009.

OLIVEIRA e LIMA. Cannabis sativa: Potencial terapêutico, Porto Velho RO, Faculdade São Lucas, 2016. Acesso em> 07/09/2017 : [http://repositorio.saolucas.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1710/Kauanna%20Lamartine%20Brasil%20Oliveira%20-%20Cannabis %20sativa%20-%20potencial%20terap%C3%AAautico.pdf?sequence=1](http://repositorio.saolucas.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1710/Kauanna%20Lamartine%20Brasil%20Oliveira%20-%20Cannabis%20sativa%20-%20potencial%20terap%C3%AAautico.pdf?sequence=1)

PAMPLONA, Fabricio A. Quais são e para que servem os medicamentos à base de Cannabis? Revista da Biologia (2014) 13(1): 28–35 DOI: 10.7594/revbio.13.01.05;

PEREIRA e WURFEL, O uso de maconha como estratégia de redução de danos em dependentes de crack, Santa Maria RS, Aletheia, 2011. Acesso em> 05/10/2017 : <http://www.redalyc.org/html/1150/115022577013/>

SAITO, Viviane M. WOTJAK, Carsten T. MOREIRA, Fabrício A. Exploração farmacológica do sistema endocanabinoide: novas perspectivas para o tratamento de transtornos de ansiedade e depressão. Revista Brasileira de Psiquiatria • vol 32• Supl I • mai2010.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza. NETO, Manoel de Lima Aciol. GALINDO, Filipe Soto. SOUZA, Leyllyanne Bezerra de. A ambivalência no campo das drogas: uma análise das representações de álcool e maconha. Revista de Administração Educacional, Recife, V. 1 . Nº 2 . 2015 jul./dez 2015 p.125-145;

SARAIVA e MELO, Uso medicinal da maconha: uma alternativa ao direito a saúde, Natal RN, FIDES, 2016. Acesso em > 28/06/2017 : <http://www.revistafides.com/ojs/index.php/br/article/view/563/904>

SILVA, Adriano da Nóbrega, LIMA, Pedro Garrido da Costa, TEIXEIRA, Luciana da Silva.; IMPACTO ECONÔMICO DA LEGALIZAÇÃO DA CANNABIS NO BRASIL , abril 2016, acessado em 29/09/2017;

ANVISA. AGENCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA Resolução da diretoria colegiada - RDC nº. Publicação oficial Acesso em >01/10/2017 http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-enotastecnicas/areas-da-conle/tema10/2016_4682_impacto-economicoda-legalizacao-dacannabis-no-brasil_luciana-adriano-e-pedro-garrido

ANVISA. AGENCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA Resolução da diretoria colegiada - RDC nº.17 de 06/05/2015 (Revogada pela Resolução – RDC nº 335, de 24 de janeiro de 2020). Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/legislacao/?inheritRedirect=true#/visualizar/29340>> Acessado em : 01/04/2020 (jornal el país)Brasil libera uso controlado de medicamento a base de maconha. Em decisão unânime, Canabidiol foi retirado da lista de substâncias proibidas pela Anvisa. MARINA ROSSI, São Paulo – Publicado em 14/02/2015 Acesso em > 01/04/2020 https://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/14/politica/1421262160_261998.html

ANVISA. Agencia Nacional da Vigilância Samitária. Cannabis: Dicol delibera sobre plantio e registro. 22 de novembro de 2016. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/resultado-de-busca?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-1&p_p_col_count=1&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=5709414&_101_type=content&_101_groupId=219201&_101_urlTitle=produto-de-cannabis-aprovado-regulamento-para-uso-medicina&redirect

ANVISA. Agencia Nacional da Vigilância Samitária. Anvisa não é contra o uso para fins medicinais acessado em 01/02/2020. Publicado em 25/07/2017 Disponível Em: http://portal.anvisa.gov.br/noticias/-/asset_publisher/FXrpx9qY7FbU/content/anvisa-nao-e-contra-uso-para-fins-medicinais/219201/pop_up?inheritRedirect=false

ANVISA. Agencia Nacional da Vigilância Samitária. Cannabis: normas para o uso medicinal entram em consulta. Publicado em 11 de junho de 2019. Acesso em > 01/02/2020. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/noticias?p_p_id=101_INSTANCE_FXrpx9qY7FbU&p_p_col_id=column-2&p_p_col_pos=1&p_p_col_count=2&_101_INSTANCE_FXrpx9qY7FbU_groupId=219201&_101_INSTANCE_FXrpx9qY7FbU_urlTitle=cannabis-normas-para-uso-medicinal-entram-em-consulta&_101_INSTANCE_FXrpx9qY7FbU_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_INSTANCE_FXrpx9qY7FbU_assetEntryId=5528808&_101_INSTANCE_FXrpx9qY7FbU_type=content

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA Cannabis medicinal no Brasil: veja o que muda com as novas regras da Anvisa. publicada em 03/12/2019. Acesso em > 01/04/2020 Disponível em <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/2019/12/03/regulamentacao-de-produtos-a-base-de-cannabis-no-brasil.ghtml>

ANVISA. AGENCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução da diretoria colegiada- RDC nº 17, de 24 de Janeiro de 2020. Disponível em:<<http://portal.anvisa.gov.br/legislacao/?inheritRedirect=true#/visualizar/413870>>acessada em 01/04/2020.

CORREIO BRAZILIENSE. **Indústria da Maconha vai movimentar US\$ 194 bilhões até 2026 no mundo.** Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/05/17/internas_economia,755479/industria-da-maconha-vai-movimentar-us-194-bilhoes-ate-2026-no-mundo.shtml. Acesso em 2 de abril. 2020

O ESTADO DE MINAS. **Indústria da Maconha vai movimentar US\$ 194 bilhões até 2026 no mundo.** Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2019/05/17/internas_economia,1054471/industria-da-maconha-vai-movimentar-us-194-bilhoes.shtml. Acesso em > 2 de Abril. 2020

VALOR INVESTE. **Indústria da maconha pode gerar R\$ 12,7 bilhões por ano para a economia brasileira, aponta consultoria.** Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/objetivo/hora-de-investir/noticia/2020/01/28/industria-da-maconha-pode-gerar-r-127-bilhoes-por-ano-para-a-economia-brasileira-aponta-consultoria.ghtml>. Acesso em > 2 de abril. 2020

ÍNDICE REMISSIVO

A

afeto 128, 129, 132, 152, 170

Ansiedade 19, 59, 61, 62, 98, 100, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 151, 174, 180, 199, 201

Aprendizagem 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 87, 88, 89, 90, 109, 112, 114, 117, 120, 121, 123, 136, 140, 141, 142, 204, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 225, 226

C

Cannabis 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181

Cérebro 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 90, 117, 118, 169, 173, 174

Cinema 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 223

Comportamento 3, 4, 5, 8, 12, 13, 14, 15, 27, 29, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 48, 51, 74, 80, 90, 96, 98, 102, 107, 108, 114, 117, 118, 127, 134, 135, 136, 137, 138, 142, 171, 173, 178, 215, 216, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225

Cultura 11, 27, 41, 42, 44, 48, 54, 57, 98, 100, 141, 143, 147, 153, 180, 186, 187, 197, 205, 208, 218

D

Depressão 98, 100, 108, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 174, 180, 207, 208

Discriminação Sexual 17, 25, 26, 28, 31

Docente 72, 75, 78, 80, 87, 88, 89, 105, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 214

E

Educação 1, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 31, 32, 33, 34, 66, 67, 70, 71, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 87, 88, 89, 90, 104, 107, 109, 113, 114, 129, 140, 141, 142, 160, 182, 214, 226, 227

Ensino Superior 17, 18, 22, 25, 26, 27, 32, 33, 34, 35, 71, 72, 77, 103, 104, 105, 110, 111, 112, 113, 114

Espectador 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62

Estilo de Aprendizagem 67, 68, 71, 72, 74, 75, 76, 77

F

Finitude 199, 200, 201, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213

Fronteira 43, 52, 91, 92, 93, 95, 100, 101, 102, 126

G

Genealogia 1, 3, 4, 15

Gestão do Conhecimento 214, 218, 224, 225

H

História 1, 2, 3, 4, 11, 14, 15, 16, 26, 27, 46, 49, 59, 60, 61, 118, 136, 142, 145, 159, 160, 183, 207, 216, 221, 222

Homoerotismo 36, 38, 39, 42, 52

I

Idoso 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161

Interação 38, 39, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 60, 62, 66, 68, 99, 107, 117, 141, 143, 147, 152, 153, 154, 157, 158, 195, 214, 215, 221, 222, 223, 225

Inventário 66, 67, 69, 70, 72, 75, 76, 115, 120

L

Lixo 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142

M

Meditação 128, 129, 130, 132

Meio-Ambiente 134

Memória 61, 108, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 151, 171, 174, 184, 192, 217, 219, 225

Militar 93, 94, 96, 97, 98, 100, 102

Mindfulness 128, 129, 132, 133

Morte 63, 98, 99, 150, 151, 156, 199, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213

N

Neuroaprendizagem 78, 82

Neuropedagogia 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89

O

Oficina 157, 193

Ontologia 182, 190, 192, 193, 196, 197

P

Plasticidade 78, 174, 180

Poética 54, 56, 57, 58, 60, 61

Psicodinâmica do Trabalho 91, 94, 101

Psicologia 1, 16, 17, 21, 32, 33, 34, 37, 41, 42, 53, 54, 55, 56, 64, 65, 80, 81, 89, 96, 101, 103, 128, 129, 134, 136, 142, 144, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 175, 179, 180, 191, 198, 199, 214, 215, 216, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227

Psiquiatria 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 80, 161, 170, 180, 183, 184, 185, 187, 188

Q

Qualidade de Vida 12, 91, 97, 99, 101, 105, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 224

R

Racismo 17, 18, 20, 31, 33, 35, 157

Regulamentação 163, 164, 165, 166, 176, 177, 179

S

Saúde Mental 1, 15, 16, 17, 30, 31, 32, 55, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 196, 197, 198

Sexualidade 32, 33, 34, 36, 37, 38, 41, 42, 50, 51, 53, 59, 60

Síndrome de Burnout 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114

Sociologia 129, 180, 214

Sofrimento 59, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 119, 158, 173, 178, 182, 183, 186, 187, 188, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 211, 212, 213

T

Tecnologia 1, 2, 4, 5, 6, 9, 10, 16, 182, 224

Terapia Ocupacional 182, 184, 185, 190, 192

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 25, 37, 44, 52, 59, 62, 66, 68, 70, 75, 77, 80, 83, 89, 91, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 127, 136, 139, 140, 142, 148, 159, 163, 164, 166, 184, 185, 186, 187, 190, 191, 192, 196, 197, 209, 214, 215, 220, 221, 223, 224, 225, 226

V

Vida 3, 4, 6, 8, 11, 12, 14, 15, 16, 19, 40, 41, 46, 49, 50, 53, 54, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 91, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 105, 108, 113, 117, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 137, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 167, 174, 178, 184, 185, 186, 188, 191, 192, 193, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 220, 223, 224

Y

Yoga 128, 129, 131, 132, 133




A Psicologia em Diferentes Contextos e Condições 2



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 





A Psicologia em Diferentes Contextos e Condições 2



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

